

Cidades de Montanha. Dos Alpes à Covilhã

MARIA JOÃO MATOS

Departamento de Arquitectura

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

RESUMO

O tema geral deste texto aborda a relação entre cidade e montanha. Após uma contextualização sobre a importância dos Alpes na cultura ocidental, o enfoque é colocado na evolução da relação montanha/cidade, desde a descoberta da montanha como paisagem, destacando-se o papel paradigmático dos aglomerados alpinos no âmbito da história das cidades de montanha europeias. Segue-se uma breve aproximação às dinâmicas actualmente associadas às cidades alpinas, incidindo-se na relação urbano/natureza. Finalmente, com base nos temas abordados, esboça-se um comentário sobre um possível caminho para o desenvolvimento sustentável da Covilhã ancorado no potencial do meio natural e do património industrial.

PALAVRAS-CHAVE

Cidades de montanha, paisagem, património industrial, Alpes, Covilhã.

ABSTRACT

The general subject of this text deals with the relation between the city and the mountain. After contextualizing the importance of the Alps in Western culture, the evolution of the relation mountain/city is analysed, since the discovery of the mountain as landscape, enhancing the paradigmatic role of Alpine settlements in the scope of mountain cities history. Subsequently, a short approach to the dynamics currently associated to alpine cities is presented, focusing on the relation urban/

nature. Finally, within the framework of the topics that were treated, we draw a comment about a possible way for the sustainable development of Covilhã anchored in the potential of natural milieu and industrial heritage.

KEYWORDS

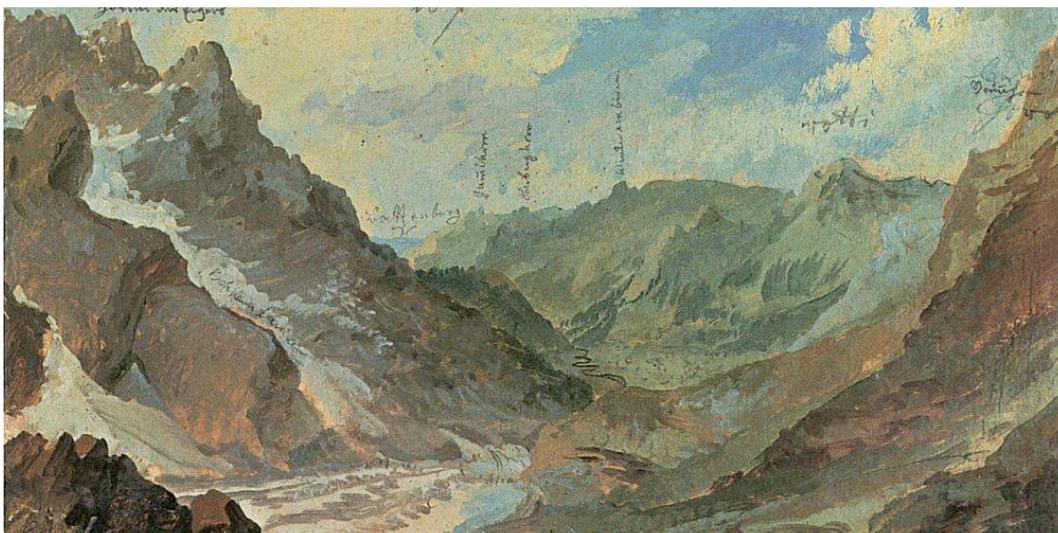
Mountain Cities, Landscape, Industrial Heritage, Alps, Covilhã

A IMPORTÂNCIA DOS ALPES NA CULTURA OCIDENTAL

De modo a enquadrar a noção de cidade de montanha, vemo-nos obrigados a passar pela referência aos Alpes, cordilheira que se estabeleceu como paradigma, símbolo e génese do conceito de “paisagem de montanha”. A figura da montanha, inicialmente do maciço alpino, desempenhou um papel central, no Ocidente e a partir do século XVIII, na génese da noção moderna de “paisagem” e da categoria estética do “sublime” (Berque, 1995: 117-123; Donadieu et al., 2007; Roger, 1997: 83-117; Saint Girons et al., 1997; Walter, 2005) bem como na representação de uma sociedade ideal, preservada dos malefícios do meio urbano (Reichler, 2002: 10). Entretanto, a montanha - elemento simbólico da imponência da natureza - sofreu transformações radicais associadas à industrialização, à expansão dos espaços urbanizados e ao desenvolvimento do turismo. Consequentemente, os cenários actuais revelam realidades diversas das paisagens idílicas, fundadoras de um ideal estético e social moderno.

No âmbito dos Alpes, como paradigma do conceito de paisagem de montanha e no campo dos modelos de representação pictórica, destacam-se obras de Caspar Wolf (fig. 1), que passa por inventor dos Alpes na pintura; de William Turner e de John Ruskin (fig.2), evidenciando-se estes pela originalidade e expressão dramática, associadas ao espírito romântico e revelando o fascínio pelo sublime; ou de Caspar David Friedrich, que, em 1818, criou uma das obras mais emblemáticas do romantismo, *Der Wanderer über dem Nebelmeer*. A preponderância dos Alpes como ícone ultrapassou, há muito, as fronteiras europeias. A generalização do termo “alpinismo” pode ser considerada um sinal claro do papel referencial desta cadeia montanhosa. Paralelamente, a existência de investigações científicas com o objectivo da verificação da “alpinidade” de determinados lugares, por exemplo o estudo de Chiwaki (1999), o baptismo de montanhas, por todo o mundo, com os nomes de “Alpes”, nomeadamente Alpes Escandinavos e Alpes Neozelandeses, ou de “Suíça” demonstram a relevância desta cordilheira enquanto paradigma (Walter, 2005). Tal apropriação poderá decorrer de uma vontade de reproduzir as virtudes sociais e estéticas, associadas ao modelo alpino, ou simplesmente do intuito de atrair o turismo através da imagética alpina nas suas diferentes vertentes (Debarbieux, 2001). Igualmente, em Portugal, seguiu-se esta tendência. A associação da montanha ao paradigma alpino é objecto de análise no estudo de Reto Monico, *Suisse-Portugal: regards croisés. 1890-1930*. Nele, são referidas descrições de viajantes suíços, que comparam belas paisagens lusas

com alguns lugares alpinos, mas sobretudo de autores portugueses republicanos em viagem pela Suíça, nos quais Monico identifica uma tentativa de aproximar Portugal da imagem idealizada da Suíça. Estes equiparam paisagens montanhosas dos dois países, associando-as aos valores helvéticos de liberdade, educação e prosperidade, admirados pelos republicanos (Monico, 2005: 447-466). Mais especificamente em relação à Serra da Estrela, tal como os Alpes, trata-se de um lugar que se reveste de um valor simbólico particular, exaltado por Miguel Torga como “coração da pátria” (Torga, 1967: 73). Este “coração da pátria” será território por explorar cientificamente até bem mais tarde do que os Alpes ou outras grandes montanhas europeias. Aires da Silva escreve que, até ao final do século XIX, a subida ao topo da serra era considerada uma perigosa aventura, em que se poderiam encontrar “feras e duendes” (Silva, 1996: 170). Só em 1881, a Sociedade de Geografia organiza uma expedição científica que se propunha estudar a futura instalação de sanatórios na montanha e desmistificar as lendas existentes até então. Também Orlando Ribeiro, o renovador da geografia em Portugal, estudou as montanhas do país, entre as quais a Serra da Estrela, produzindo não só valiosos escritos científicos (Ribeiro, 1954), mas ainda fotografias únicas e desenhos delicados das paisagens serranas. Tal como noutros países e embora tardiamente, o paradigma alpino foi sendo absorvido e associado às nossas montanhas sob diversos aspectos. No entanto, descurou-se o seu valor estético e paisagístico, o que se revela pela ausência de produção de obras pictóricas dignas de nota, durante o longo período de descoberta da montanha. Da mesma forma que se impôs a referência aos Alpes enquanto paisagem, para abordarmos as problemáticas associadas às cidades de montanha, teremos que nos debruçar sobre as cidades alpinas, pois têm sido, desde há muito, objecto de estudo privilegiado neste campo. Partimos, assim, das seguintes questões: O que caracteriza a cidade de montanha? Quais as suas especificidades?



01.

02.



A EVOLUÇÃO DA CIDADE NA MONTANHA. PERCEPÇÕES E CONFIGURAÇÕES

São numerosos os estudos centrados na definição da “cidade de montanha” na Europa (Coppola, 2000), podendo encontrar-se pontos convergentes nas diferentes abordagens. Com efeito, é hoje dado aceite que uma cidade assim definida deverá encontrar-se em território montanhoso e que a montanha será visível desde a urbe, mas também que as cidades de uma mesma região montanhosa apresentam transformações sociais e urbanas específicas. Mais importante ainda é o sentido de identificação com a montanha (Fourny, 1997), usada como imagem de marca da cidade e por vezes também como base de um desenvolvimento sustentável. No entanto, pensar a cidade e a montanha como um todo unificado constitui ainda tarefa complexa e difícil de concretizar, visto que são dois elementos que podem ter definições múltiplas, e até mesmo contraditórias, sendo ainda associados a temas diferentes: a cidade, à cultura; a montanha, à natureza (Gumuchian, 1999).

As cidades alpinas, médias ou grandes, tiveram a sua origem em aldeias rurais, pontos defensivos ou centros comerciais, ao longo de vias principais encaixadas nos vales, desenvolvendo-se ao longo dos séculos de forma variável. Foi com o império romano que surgiram as verdadeiras cidades, que ainda hoje perduram no território alpino. Debarbieux (1999) analisa a evolução da relação cidade-montanha, na Europa, partindo da antiguidade, quando a sacralidade da montanha seria decisiva para a fundação das cidades. Com o Renascimento, a cidade passou a estar associada à socialização, enquanto a montanha representava os perigos de um meio selvagem, bem como o isolamento e a comunhão com Deus. Esta percepção atribui-

se à tendência, no final da Idade Média, para abandonar os assentamentos urbanos situados nas encostas montanhosas, fundados por razões militares ou religiosas, substituídos por melhores situações topográficas para a troca comercial e para a agricultura.

Aliás, a percepção vigente da montanha é uma invenção originária da cidade, representando durante séculos a antítese da cultura urbana (Jakob, 2004). Cidade e montanha mantêm-se separadas física e geograficamente, simbolizando noções opostas mas complementares. Nas gravuras de Matthäus Merian (fig. 3), representando aglomerados alpinos, torna-se bem visível esta separação física: as montanhas conformam o cenário natural dos burgos concentrados no interior de cercas muralhadas. Lembramos que, antes de surgir o interesse pela montanha propriamente dita, foram os assentamentos alpinos que atraíram os cidadãos em busca das curas termais. Mais tarde, Jean-Jacques Rousseau muda o modo de considerar estes elementos. Em *Les confessions* (1999), desloca-se frequentemente da montanha selvagem à cidade civilizada, admirando as duas paisagens em relação uma com a outra, destacando a identidade da cidade pelo seu contraste com as montanhas circundantes, estabelecendo um cânone para o modo de olhar e representar em conjunto estes dois elementos. No início do século XVIII surge um novo interesse pelos Alpes, começando pelos viajantes ingleses que seguem a moda do “*Grand Tour*” e procuram este território, atraídos pelas suas paisagens, num período da história europeia caracterizado pela transformação de modelos culturais (Reichler, 2002: 7). Chamonix será o primeiro burgo a desenvolver-se graças ao turismo alpino, associado ao magnetismo do Monte Branco, inaugurando uma forma de perceber a montanha e a cidade que se tornará a base do turismo de montanha do século XIX.



03.

Artistas, escritores, homens cultos e burgueses procuram paisagens sublimes e uma sociedade idealizada ao mesmo tempo que as cidades tiram proveito desta tendência, promovendo a sua imagem associada à figura da montanha; iniciam-se os trabalhos de urbanismo visando reforçar a visibilidade dos picos, através de enfiamentos visuais e da comunhão cidade-montanha por via de miradouros estrategicamente localizados. As paisagens de montanha tornam-se o cenário para o teatro da vida urbana. Paralelamente a estas intervenções, a cidade enquanto parte inseparável da sua envolvente natural é vendida ao mundo inteiro, veiculada por meio de objectos iconográficos, difundidos para promover a indústria do lazer e do turismo de saúde. A cidade de montanha passa a apresentar-se como detentora de uma identidade única, ligada à qualidade de vida, geradora de uma força especial que lhe permite entrar em competição com outras cidades europeias.

Com a industrialização, os recursos naturais desta região, tradicionalmente rural e fracamente urbanizada, são explorados em vista do progresso e da modernização da humanidade. Algumas cidades centralizam a exploração dos recursos do maciço para a indústria (Perlik et al., 2001: 244-245). Esta exploração, conjuntamente com a construção de infraestruturas de transportes, representa uma nova ameaça para o meio montanhoso. São sobretudo as cidades situadas nos eixos de circulação internacional que mais se expandem, primeiramente ajudadas pela máquina a vapor e depois pela hidroelectricidade. No início do século XX, as mudanças físicas e sociais do território alpino são já detectáveis (fig. 4). Quanto às cidades, elas sofrem transformações particulares segundo a sua dimensão, localização e dinâmicas que aí se produzem. Ainda assim, no início do século XX, surge um manifesto marcante, baseado na crença que montanha - mais especificamente dos Alpes - representaria um território detentor de uma força inspiradora para uma sociedade melhor. É o livro *Alpine Architektur* da autoria de Bruno Taut, que vem propor uma utopia construtiva e social inspirada na montanha (Taut et al., 2004). Este tratado teve origem na desilusão do autor perante a Primeira Guerra, vindo sugerir a reposição da harmonia no mundo através de uma arquitectura translúcida gerada nos Alpes. Edifícios, cidades e montanhas são descritos como se de organismos vivos se tratasse, numa simbiose total entre montanha e cidade.

04.



Entretanto, a distinção cidade/natureza, ou cidade/montanha, perdeu objectividade no presente contexto pós-industrial. As fronteiras físicas, simbólicas ou sociais entre estes universos, dantes opostos, dissolvem-se e transformam-se; novas formas híbridas nascem (Corboz, 1999). No entanto, cidade e montanha persistem, embora assumindo novas relações complexas, sendo por isso necessário adoptar modelos de desenvolvimento territorial inovadores, integrando as duas realidades.

A CIDADE ALPINA HOJE. IDENTIDADES E PRÁTICAS

Na generalidade das cidades alpinas observadas (Matos, 2011), a importância do meio, englobando a paisagem, surge como uma contribuição fundamental para a qualidade de vida, para a identificação com (e de) o lugar e para um desenvolvimento urbano sustentável. Todavia, a expansão urbana exerce um impacto inegável no espaço alpino, acentuando discrepâncias, impacto que é combatido de diferentes maneiras consoante os países e as regiões. Em França, o controlo da expansão urbana por via das representações governamentais e dos instrumentos de planeamento é a regra. Em Itália, através do reforço das redes de cidades, tenta-se contrariar a uniformização e hegemonia económica das grandes áreas metropolitanas. Na Áustria, a salvaguarda ambiental e a autonomia dos estados federados mantêm-se como valores centrais na generalidade das medidas propostas. Na Suíça, o fenómeno leva à tomada de posições, por vezes antagónicas, entre a apologia do isolamento local e a exaltação de uma Suíça-metrópole.

Não podemos deixar de referir duas diferenças essenciais na configuração destas abordagens: primeiro, o papel marginal dos Alpes em França e em Itália, contrastando com o lugar central ocupado na Áustria e na Suíça; segundo, a distinta percepção da natureza consoante as culturas: “no espaço mediterrânico, o jardim representa a natureza ideal, enquanto na Europa Central, é a floresta” (Bätzing, 2001: 213). Os lugares ocupados pelos Alpes e pela natureza vão assim matizar, em cada país e nas diferentes regiões, as políticas urbanas, o grau de empenhamento dos habitantes, o tipo de investigação desenvolvido sobre o espaço alpino e, inevitavelmente, a organização territorial e a concepção espacial e arquitectónica. Contudo, se as diferenças culturais justificam posturas distintas para o mesmo tipo de problemas, a tendência para uma certa aproximação nas medidas adoptadas revela não só os efeitos de uma globalização uniformizadora, mas também a salutar troca de experiências e saberes ao nível transfronteiriço (Boesch, 2007). A aproximação vai no sentido da aplicação de boas práticas, nomeadamente:

- * a constituição de redes de cidades e de estruturas territoriais polinucleares;
- * o empenho na densificação e multifuncionalidade das áreas consolidadas, combatendo a urbanização difusa;



05.

- * a importância atribuída à paisagem natural e cultural, embora actualmente não encarada como algo intocável, mas antes enquanto parte dinâmica de um desenvolvimento equilibrado;
- * a tomada de medidas para um desenvolvimento sustentável do território, integrando cidade e montanha, baseado nos conceitos de ecologia, identidade e urbanidade e envolvendo a população;
- * a possibilidade de apropriação, na arquitectura de novos espaços urbanos, do valor e beleza de paisagens únicas, simbólicas e potenciadoras de identificação com os lugares (fig. 05);
- * a tendência crescente para a utilização da arquitectura contemporânea de produção local como veículo de promoção das cidades e de criação de eventos inter-regionais tais como exposições itinerantes, prémios e visitas organizadas a obras.

Dado que os Alpes perfazem hoje um território marcado pelo urbano, a pista para a concepção de uma nova imagem alpina, associada à urbanidade, não pode ser negligenciada. As novas intervenções nas cidades alpinas são reflexo de transformações económicas, sociais e culturais profundas. A sua leitura poderá, por isso, indicar um caminho para compreender e reinventar novas formas de abordar a paisagem urbana contemporânea associada aos valores identitários e ecológicos, tal como a descoberta da alta montanha alpina foi também decisiva, no início da modernidade, para o reforço de uma nova sensibilidade paisagística. Obviamente, a referência às cidades alpinas torna-se ainda mais pertinente quando estudamos outras cidades de montanha, grupo em que se inclui a Covilhã.

COVILHÃ. CIDADE INDUSTRIAL DE MONTANHA

Apesar das condições topográficas adversas e dos acessos difíceis, a indústria desenvolveu-se desde cedo e ao longo de séculos na Covilhã; facto notável, pois que a maioria das outras cidades industriais europeias dispunha da proximidade de cursos de água navegáveis ou de caminho de ferro (Matos, 2005: 15). Esta indústria transformou radicalmente as paisagens das ribeiras da Goldra e da Carpinteira, enquanto, na área consolidada, também se foram implantando equipamentos industriais de forma mais discreta, não introduzindo alterações significativas na malha urbana (Rodrigues, 2009: 11). Destacam-se algumas excepções como a transformação em indústria têxtil do extinto Convento de São Francisco, adquirido pelo industrial progressista José Mendes da Veiga, aquando da extinção das ordens religiosas em 1834. Na área do convento, será criado mais tarde o Jardim Público (Rodrigues, 2009: 11). Outro caso curioso de readaptação de edifícios religiosos foi o do Convento de Santo António, hoje ocupado pela Reitoria e serviços da UBI. Fundado em meados do século XVI, aí se manteve em laboração a Fábrica dos Buréis, manufactura que abastecia de

tecidos de lã a ordem com o mesmo nome. Após a extinção das ordens e venda em hasta pública, voltou a servir de armazém de fazendas em 1917 (Pinheiro, 2009: 105). Mesmo depois da chegada do caminho-de-ferro, em 1891, as dificuldades associadas à topografia prevaleceram. Implantada a uma cota mais baixa do que a da cidade, numa área ainda rural, a estação não teve o efeito polarizador esperado (Fernandes, 2009: 46), permanecendo a cidade concentrada em torno do antigo núcleo e ribeiras. A construção do elevador projectado por Mesnier du Ponsard, nunca realizado, ligando a estação à zona alta, poderia eventualmente ter vindo ajudar a inverter esta tendência. Ainda assim, o comboio veio promover o turismo de lazer e a função sanatorial associados à serra (Domingues, 2006), tal como acontecera nas cidades alpinas. Actualmente, a beleza e o carácter singular da cidade da Covilhã, em diálogo com a montanha e moldada pelas construções ligadas à indústria, parecem ter-se diluído. Questionamo-nos sobre quais as razões que levaram a que a expansão urbana desordenada tivesse um efeito tão devastador na paisagem e no património industrial. Para além de um planeamento territorial ineficaz, arriscamos sugerir razões culturais, referidas por Aires da Silva (Silva, 1996: 125-133), realçando as graves falhas de âmbito cultural da cidade, que se prolongam desde há séculos, manifestas, por exemplo, na inexistência de representações pictóricas da Covilhã, relevantes do ponto de vista artístico, até meados do século XX. Esta falta poderá ter contribuído para a indiferença perante a descaracterização da paisagem.

Como vimos nos casos alpinos (Matos, 2011), ao existir, a noção cultural e simbólica do valor da paisagem serve, muitas vezes, de travão da descaracterização da imagem do território, arrastada pela expansão urbana das sociedades industriais e pós-industriais. No caso da Covilhã, a estreita e ancestral relação da cidade com o meio montanhenco aos níveis paisagístico, funcional e identitário, não só se diluiu devido às transformações económicas, sociais e de modos de vida, mas também a cidade não teve capacidade para reinventar uma aproximação ao território, tomando novas vias, seguindo determinadas cidades alpinas. Um dos problemas, que constitui certamente um entrave considerável ao desenvolvimento sustentável do território, é a falta de cooperação ao nível da cidade, entre instituições, e ao nível da região, entre as várias cidades. Ainda assim, alguns estudos (Vaz, 2004) e indícios levam a crer que as instituições e os cidadãos covilhanenses não abandonaram o desejo de aproximação à montanha enquanto matéria paisagística, identitária e simbólica. Destacamos a pertença da Covilhã à Rede Nacional de Municípios de Montanha e à Associação Europeia de Eleitos de Montanha (AEM) ou o dinamismo de acções promotoras de turismo desportivo, ecológico e rural na região, geridas a partir da Covilhã. A promoção turística da Covilhã como cidade de desportos de inverno, as redes hoteleiras englobando hotéis na cidade e equipamentos termais na montanha e ainda a constituição da rede de aldeias históricas em torno da Covilhã apontam nesse sentido. Isto porque a cidade não só traz colada a si a montanha enquanto paisagem omnipresente, como detém ainda uma posição central em relação a

espaços naturais classificados de montanha: o Parque Natural da Serra da Estrela, a Reserva Natural da Serra da Malcata, a Paisagem Protegida da Serra do Açor e a Serra da Gardunha (Programa Polis et al., 2001). No âmbito da paisagem natural, detectamos uma tendência positiva: o crescente interesse pelos espaços verdes da cidade, reabilitando-se os existentes e introduzindo novos parques e jardins, em muitos casos, recuperando a relação visual com a paisagem envolvente. Destacamos o Jardim Botânico de Montanha, paradigmático de uma procura de reaproximação à serra, tanto pelo seu conteúdo temático, como pela sua localização. O Polis já havia previsto um jardim deste tipo para a zona da ribeira da Carpinteira, mas optou-se finalmente pelo Parque Alexandre Aibéo, situado na fronteira entre cidade e montanha, com projecto pelo gabinete ARPAS, de Luís Cabral, também co-autor do Polis Covilhã. Na área cultural, evidencia-se o Museu dos Lanifícios (MUSLAN), testemunho da ancestral dependência económica da Covilhã em relação às actividades de pastorícia na serra e às ribeiras que dela correm para a cidade. O valor patrimonial dos conteúdos e dos edifícios, a qualidade da reconversão e o empreendedorismo da equipa responsável pelo MUSLAN valeram-lhe o reconhecimento internacional, nomeadamente pela UNESCO. Finalmente, no campo do desenho urbano, dois projectos merecem destaque pela qualidade de excepção numa procura de aproximação entre cidade e montanha, ambos incidindo sobre o património industrial, reconvertendo-o e valorizando-o (Matos, 2011). São projectos que propõem novas vias para a reinvenção da cidade, de formas distintas, mas sempre revelando um enorme respeito pelo património construído e paisagístico. Referimo-nos às obras de Bartolomeu Costa Cabral para a Universidade da Beira Interior (incluindo o MUSLAN) e ao Polis Covilhã, liderado por Teotónio Pereira. As obras realizadas ao longo de décadas por Bartolomeu Costa Cabral para UBI (Cabral et al., 2005) constituem um contributo inestimável para a reconfiguração da cidade através da reconversão do património industrial e do diálogo com a paisagem de montanha, reforçando a identidade da cidade em sintonia com seu meio (fig. 6). O Programa Polis Covilhã (Programa Polis et al., 2001; Pereira et al., 2005), associado ao Plano de Mobilidade Pedonal (Pereira, 2004), assume-se como um projecto de cidade, procurando reconectar esta com o seu território, simultaneamente ao nível das vistas e ao campo das acessibilidades, através de um diálogo equilibrado com a montanha em termos de paisagem e ecossistema, centrando-se nas zonas das ribeiras e nos seus vestígios do período industrial (fig.7). Apesar das acções acima referidas, muito resta ainda por fazer por este património que cremos constituir o maior potencial da cidade porque, em conjunto com a relação privilegiada da Covilhã com a montanha, o património industrial conforma o seu carácter único. O papel dinamizador cabe em grande medida à Câmara Municipal e à UBI, que deverão continuar um caminho já iniciado, agora mais desafiador porque em contexto de crise económica e de valores, por um lado inspirado nas dinâmicas das cidades alpinas, por outro prosseguindo a inventariação do património industrial, a sua valorização e a sua integração no desenho e nas vivências da cidade.

NOTA

O presente texto baseia-se numa parte da investigação realizada no âmbito de uma tese de Doutoramento, investigação esta co-financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Portugal) e pelo Ministère de la Culture et de la Communication (França).



06.



07.

REFERÊNCIAS

Bätzing, Werner (2001). De la «géographie régionale» à une recherche scientifique coordonnée au sein de la «Convention alpine». In *Revue de géographie alpine*. 89 (4): 211-220.

Berque, Augustin (1995). *Les raisons du paysage - de la Chine antique aux environnements de synthèse*. Éditions Hazan.

Boesch, Martin (2007). Is "Culture" Still Relevant to Regional Policy?. In *Mountain Research and Development*. 27 (1): 4-10.

Cabral, Bartolomeu Costa; Silva, Manuel José dos Santos; Pereira, Nuno Teotónio, et al. (2005). *A Universidade e a cidade - The University and the City. Universidade da beira Interior. Covilhã. 1974-2004*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.

Chiwaki, Shinoda (1999). Takayama, une ville alpine à travers la littérature. In *Revue de géographie alpine. Les enjeux de l'appartenance alpine dans la dynamique des villes (Colloque*

international, Grenoble, 16-17 Nov. 1998). 87 (1): 81-90.

Coppola, Gauro (2000). Città e montagna. Presentazione. In *Histoire des Alpes - Ville et montagne*. 5 (2): 11-14.

Corboz, André (1999). La Suisse, fragment de la galaxie urbaine européenne. In *Cahiers de L'ASPAN - Suisse Occidentale*, 17 (1).

Debarbieux, Bernard (1999). Figures combinées de la ville et de la montagne – Réflexion sur les catégories de la connaissance géographique. In *Revue de géographie alpine. Les enjeux de l'appartenance alpine dans la dynamique des villes (Colloque international, Grenoble, 16-17 Nov. 1998)*. 87 (1): 33-49.

Debarbieux, Bernard (2001). Les montagnes: représentations et constructions culturelles. In Yvette Veyret (coord.), *Les montagnes. Discours et enjeux géographiques*. Paris: Sedes: 45-50.

Domingues, Álvaro (coord.) (2006). *Cidade e Democracia. 30 Anos de Transformação Urbana em Portugal*. Lisboa: Argumentum.

REFERÊNCIAS (CONTINUAÇÃO)

Donadieu, Pierre; Périgord, Michel (2007). *Le paysage - entre natures et cultures*. Paris: Armand Collin.

Fernandes, José Manuel (2009). Covilhã, uma leitura de síntese: estrutura urbana, conjuntos edificados e arquiteturas, sua evolução. In *Monumentos. Cidades, património, reabilitação. Dossiê: Covilhã, a cidade-fábrica*. (29): 40-53.

ÍNDICE DE FIGURAS

01

Fonte: *Zeno.org – Meine Bibliothek*. Consult. 19/01/2008. URL: <http://www.zeno.org/Kunstwerke/A/Wolf,+Caspar>

02

Fonte : *Wikimedia*. Consult. 02/10/2009. URL: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Bellinzona_Ruskin.jpg

03

Fonte: *Wikimedia*. Fotografia: Rätisches Museum, Coira. Consult. 17/04/2010. URL: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Chur_1655.jpg

04

Fotografia da autora

05

Fotografia da autora

06

Fotografia da autora

07

Fotografia da autora